

# CADERNO DE ENCARGOS

## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

---

PROCEDIMENTO:	AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART. 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (APROVADO PELO DECRETO - LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL)
---------------	--

---

---

PREÇO BASE:	13 000,00 € (TREZE MIL EUROS).
-------------	--------------------------------

---

---

OBJETO CONTRATUAL:	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - CATEGORIA M1, DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DA MAIA
-----------------------	--

---

## ÍNDICE

Cláusula 1. <sup>a</sup> .....	5
Objeto.....	5
Cláusula 2. <sup>a</sup> .....	5
Contrato.....	5
Cláusula 3. <sup>a</sup> .....	5
Prazo .....	5
Cláusula 4. <sup>a</sup> .....	6
Preço Base .....	6
Obrigações do prestador de serviços .....	6
Subsecção I.....	6
Disposições gerais .....	6
Cláusula 5. <sup>a</sup> .....	6
Obrigações principais do prestador de serviços .....	6
Cláusula 6. <sup>a</sup> .....	7
Forma de prestação do serviço .....	7
Cláusula 7. <sup>a</sup> .....	7
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato .....	7
Cláusula 8. <sup>a</sup> .....	8
Conformidade e garantia técnica .....	8
Subsecção II .....	8
Dever de sigilo .....	8
Cláusula 9. <sup>a</sup> .....	8
Objeto do dever de sigilo .....	8
Cláusula 10. <sup>a</sup> .....	8
Prazo do dever de sigilo .....	8
Obrigações do Município da Maia .....	9
Cláusula 11. <sup>a</sup> .....	9
Preço contratual .....	9
Cláusula 12. <sup>a</sup> .....	9
Condições de pagamento.....	9
Cláusula 13. <sup>a</sup> .....	10
Gestor do contrato .....	10



Cláusula 14. <sup>a</sup> .....	10
Penalidades contratuais .....	10
Cláusula 15. <sup>a</sup> .....	10
Força maior .....	11
Cláusula 16. <sup>a</sup> .....	12
Resolução por parte do contraente público .....	12
Cláusula 17. <sup>a</sup> .....	12
Resolução por parte do prestador de serviços .....	12
Cláusula 18. <sup>a</sup> .....	12
Caução .....	12
Cláusula 19. <sup>a</sup> .....	12
Seguros .....	12
Cláusula 20. <sup>a</sup> .....	13
Foro competente .....	13
Cláusula 21. <sup>a</sup> .....	13
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	13
Cláusula 22. <sup>a</sup> .....	13
Comunicações e notificações .....	13
Cláusula 23. <sup>a</sup> .....	13
Contagem dos prazos .....	13
Cláusula 24. <sup>a</sup> .....	13
Proteção de dados .....	13
Cláusula 25. <sup>a</sup> .....	14
Avaliação de Fornecedores .....	14
Cláusula 26. <sup>a</sup> .....	15
Legislação aplicável .....	15
Cláusula 1. <sup>a</sup> .....	16
Objeto da prestação de serviços .....	16
Cláusula 2. <sup>a</sup> .....	16
Serviços a adquirir .....	16
Cláusula 3. <sup>a</sup> .....	16
Requisitos técnico-legais a observar na prestação de serviços .....	16



PARTE I  
Cláusulas jurídicas

CAPÍTULO I  
Disposições gerais

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de recolha, transporte e tratamento de subprodutos de origem animal - categoria M1, do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia da Maia (doravante CROACM), em regime de prestação contínua.

**Cláusula 2.ª**

**Contrato**

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª**

**Prazo**

- 1 - O contrato produz efeitos a partir do primeiro dia útil após a data da sua celebração e mantém-se em vigor pelo prazo de 1095 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



2 - Durante o período contratual referido no número anterior, a entidade adjudicante não fica vinculada à integral execução do preço contratual da proposta adjudicada, constituindo este um limite máximo estimado para o mencionado período.

3 - O contrato cessará os seus efeitos na data em que for atingido o preço contratual, ainda que o período contratual seja inferior a três anos.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Preço Base**

O preço base do procedimento é de 13 000,00 € (treze mil euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

### **CAPÍTULO II**

#### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

##### **Obrigações do prestador de serviços**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestação de serviços, conforme especificações técnicas, prazos de recolha conforme os respetivos PFO's (Pedidos de Fornecimento), requisitos da prestação contínua definidos no presente caderno de encargos e nos termos e condições da sua proposta;
- b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar.
- c) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a prestação do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- d) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação de um gestor de cliente responsável pelo contrato e quaisquer alterações relativas à sua nomeação.
- e) Obrigação de prestar o serviço no prazo estipulado nos Pedidos de Fornecimento (PFO's), que não pode ultrapassar o prazo referido no n.º 2 da cláusula 6.<sup>a</sup> deste caderno de encargos.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Forma de prestação do serviço**

1 - As prestações de serviços objeto do contrato devem ser realizadas no Concelho da Maia, no prazo estipulado nos pedidos de fornecimento a emitir pelo serviço responsável, de acordo com as suas necessidades.

2 - O prestador de serviços obriga-se a prestar os serviços em regime contínuo, no prazo máximo de até 48 horas a contar da data da receção dos PFO's (Pedidos de Fornecimento), pela entidade adjudicante.

3 - Os serviços deverão ser prestados na sequência da identificação das necessidades do CROACM, serviço municipal responsável.

4 - Os pedidos de recolha parcelares serão emitidos pelo serviço municipal responsável CROACM, através do envio ao adjudicatário de um Pedido de Fornecimento (PFO) ou em situações excecionais, por contacto telefónico.

5 - O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação de serviços objeto do contrato, todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários.

6 - Todas as despesas e custos com os serviços de recolha, transporte e tratamento de subprodutos de origem animal - categoria M1 e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do prestador de serviços.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1 - Após a entrega dos elementos/documentos referentes à prestação dos serviços objeto do contrato, o Município da Maia procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município da Maia toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 - No caso de a análise do Município da Maia a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos Documentos/elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, o Município da Maia deve informar, por escrito, o prestador de serviços.

4 - No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município da Maia, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município da Maia procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 - Caso a análise do Município da Maia a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos documentos/elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, poderá ser emitida, declaração de aceitação pelo Município da Maia.

7 - A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Conformidade e garantia técnica**

Sempre que aplicável, o prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos documentos/elementos entregues ao Município da Maia em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### **Subsecção II**

##### **Dever de sigilo**

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Maia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



## Secção II

### Obrigações do Município da Maia

#### Cláusula 11.ª

##### Preço contratual

- 1 - O preço contratual corresponde ao valor de 13 000,00 € (treze mil euros), não se vinculando o Município da Maia à sua execução integral no prazo de 1095 dias, nos termos referidos nas cláusulas 3.ª e 4.ª do presente caderno de encargos.
- 2 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município da Maia deve pagar ao prestador de serviços os preços contratuais por unidade de medida proposto nos termos da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 3 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

#### Cláusula 12.ª

##### Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município da Maia, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a data de entrega das respetivas faturas e sua validação pelo gestor do contrato, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, designadamente após a recolha dos subprodutos de origem animal de categoria M1 do CROACM, transporte e destino final, e mediante prévio envio aos serviços municipais da cópia da guia de acompanhamento, onde conste a confirmação da receção pelo destinatário.
- 3 - A faturação a emitir deverá exibir o número do respetivo compromisso que consta dos documentos de adjudicação, em cumprimento da legislação aplicável, de acordo com o estipulado na
- 4 - As faturas que não exibam o número do compromisso e a data de vencimento (30 dias), ou contenham imprecisões, serão devolvidas para efeito de correção.
- 5 - Em caso de discordância por parte do Município da Maia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, por regra, através de transferência bancária.
- 7 - A faturação deverá ser emitida em nome do Município da Maia, relativamente ao(s) serviço(s) executado(s) no mês anterior, em nome do Município da Maia, com referência ao(s) documento(s) que

Ihe deram origem, devendo ser emitida e enviada de forma desmaterializada para o e-mail [faturacao@cm-maia.pt](mailto:faturacao@cm-maia.pt), apenas durante o período de implementação da faturação eletrónica prevista no artigo 299.º-B do CCP.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Gestor do contrato**

- 1 - O Município da Maia designa para gestor do contrato a Dra. Ana Luísa da Silva Vieira, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato, designadamente a monitorização dos níveis de desempenho do fornecedor, técnico e financeiro e respetiva avaliação anual.
- 2 - Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o gestor do contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, devendo ainda encetar junto do fornecedor os procedimentos tendentes à sua correção, bem como a emissão de relatório devidamente fundamentado sobre o desempenho do fornecedor.

#### **CAPÍTULO III**

##### **Penalidades contratuais e resolução**

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Penalidades contratuais**

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Maia pode exigir do prestador de serviços, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente pelo incumprimento do prazo determinado no n.º 2 da cláusula 6.ª deste caderno, até 10€ por cada hora de atraso.
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
- 3 - Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 5 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP

7 - As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Maia pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 30 dias para além do prazo de vencimento da(s) respetiva(s) fatura(s).

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Maia, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Caução e seguros**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Caução**

Não é exigível a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Seguros**

1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, legalmente exigidos para o exercício da respetiva atividade.

2 - O Município da Maia pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

## **CAPÍTULO V**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições finais**

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Proteção de dados**

1 - A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais e proteção da privacidade, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais cujo acesso lhe tenha sido dado pelo Município da Maia, no âmbito da prestação dos serviços objeto do presente contrato, estando sujeito a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

2 - A entidade adjudicatária obriga-se a atuar na medida das instruções que lhe forem transmitidas pelo Município da Maia, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de terceiros com que o Município da Maia se relacione.

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

##### Avaliação de Fornecedores

1 - A avaliação de fornecedores tem periodicidade anual e é efetuada de acordo com a Matriz de Avaliação de Fornecedores descrita no Anexo ao presente Caderno de Encargos.

2 - A avaliação é efetuada por contrato (bens/serviços/empreitada), independentemente da existência de vários contratos para diferentes serviços municipais, e dos seus objetos contratuais, de acordo com as seguintes categorias:

- Categoria A) – Contratos de Empreitadas de obras públicas: são avaliados todos os fornecedores com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos;
- Categoria B) – Contratos de fornecimento contínuo: são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos
- Categoria C) – Contratos de fornecimento integral ou parcelado de acordo com um prazo pré-determinado:
  - são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços cujos contratos, individualmente, tenham um preço contratual superior a 5.000,00 € (valor s/ IVA);
  - são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços cujos contratos, individualmente, tenham um preço contratual igual ou inferior a 5.000,00 € (valor s/ IVA), desde que o somatório anual ultrapasse aquele limiar.

3 - A avaliação é qualitativa, sendo calculada com base numa avaliação quantitativa, nos termos constantes da Matriz de Avaliação de Fornecedores.

4 - Todos os fornecedores começam com uma classificação de 100%, atribuindo-se a cada um dos critérios a avaliação quantitativa de acordo com o respetivo patamar de cumprimento.

5 - Por cada critério não cumprido será retirada a ponderação fixada de acordo com a natureza do incumprimento descrita na Matriz de Avaliação de Fornecedores.

6 - Nos contratos de fornecimento contínuo, os incumprimentos de critérios serão avaliados da seguinte forma:

- 6.1 Desde que se verifique uma ocorrência com dano para o Município ou uma não resolução, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério;
- 6.2 Desde que se verifique mais do que duas ocorrências sem dano para o Município, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério.

7- No caso de existirem fornecedores com vários contratos, a avaliação final desse fornecedor resultará de uma média aritmética simples de todos os contratos.

8- Após a obtenção da classificação final os fornecedores são classificados de acordo com a seguinte tabela:



**Preferencial:** Resultado de avaliação entre [90% e 100%]

**Aceitável:** Resultado de avaliação entre [60% e 90%]

**Crítico:** Resultado de avaliação Inferior a 60%

9- Fornecedores classificados como “Críticos” só poderão continuar a fornecer o Município da Maia nos seguintes casos:

- Objeto contratual com fornecedor único;
- Adjudicação na sequência de concurso público, nos termos legalmente definidos.

10- A avaliação de fornecedores será divulgada anualmente no site institucional do Município da Maia até ao final do mês de abril, no endereço <https://www.cm-maia.pt/pages/401>.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo omissos no presente caderno de encargos, aplica-se o CCP e a demais legislação aplicável.

PARTE II  
**Cláusulas Técnicas**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto da prestação de serviços**

O objeto da prestação de serviços em regime de prestação contínua, respeita às operações de recolha, transporte e tratamento de subprodutos de origem animal - categoria M1, do CROACM.

**Cláusula 2.ª**

**Serviços a prestar**

Os serviços de recolha, transporte e tratamento dos seguintes subprodutos de origem animal - categoria M1 provenientes do Concelho da Maia, são prestados em regime de prestação contínua dos seguintes subprodutos animais:

- a) Cães, gatos e outros animais de companhia (recolha no Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia da Maia);
- b) Outras espécies: equinos/asininos; bovinos; ovinos/caprinos; suínos/javalis e outros (recolha na via pública e outros locais públicos).

**Cláusula 3.ª**

**Requisitos técnico-legais a observar na prestação de serviços**

1 - Durante a vigência do contrato o prestador de serviços obriga-se à conformidade legal com a legislação aplicável ao objeto contratual, nomeadamente os seguintes diplomas legais:

- a) Decreto-Lei n.º 33/2017 de 23 de março;
- b) Decreto-Lei n.º 314/2003 de 17 de dezembro (art.º 12);
- c) Regulamento (CE) n.º 1069/2009 de 21 outubro;
- d) Regulamento (CE) n.º 142/2011 de 1 julho.

2 - A recolha e o transporte de subprodutos de origem animal, pelo adjudicatário são efetuados por motoristas e viaturas devidamente preparados para o efeito, em conformidade com as condições de licenciamento e com a legislação em vigor. No ato da recolha e transporte, o adjudicatário fica incumbido das seguintes tarefas:

- a) Pesagem dos subprodutos categoria M1, com recurso a balança eletrónica instalada na viatura;
- b) Preenchimento e envio de guia da DGAV mod. 376/DGV por via eletrónica, no mesmo dia da recolha, para a médica veterinária gestora do contrato ([ana.vieira@cm-maia.pt](mailto:ana.vieira@cm-maia.pt)).

3 - Para o planeamento das recolhas, os contactos são estabelecidos diretamente entre os serviços municipais afetos ao CROACM e o adjudicatário, através de telefone com a antecedência mínima de 24 horas.

4 - Atendendo à capacidade máxima de armazenamento de subprodutos animais da câmara frigorífica existente no CROACM, estima-se a realização de, no mínimo, 6 recolhas anuais de subprodutos pelo





adjudicatário. Todavia, caso ocorra alguma avaria ou anomalia na câmara frigorífica existente no CROACM, deve ser assegurada a recolha urgente dos subprodutos pelo adjudicatário.

5 - O envio de documentação técnica relativa à prestação de serviço deve ser efetuada para o endereço de correio eletrónico, [ana.vieira@cm-maia.pt](mailto:ana.vieira@cm-maia.pt).

6 - O adjudicatário fica ainda obrigado ao envio de relatórios de quantidades recolhidas sempre que solicitado, assim como outra documentação que seja solicitada, que se encontre diretamente relacionada com a prestação dos serviços contratados.

7 - A proposta apresentada pelo concorrente deve, adicionalmente, conter os seguintes documentos técnicos:

- a) Apresentação sumária da metodologia de execução dos serviços propostos para recolha e transporte de subprodutos de origem animal de categoria M1;
- b) Identificação dos meios e equipamentos a utilizar na realização dos serviços a prestar;
- c) Cópia da autorização emitida pela autoridade competente que legitime a execução da presente prestação de serviços.

## MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

CRITÉRIO	AVALIAÇÃO QUALITATIVA	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA
<b>Componente Qualidade: Mede a conformidade com as especificações técnicas contratadas.</b>		
Pe - Prazo de entrega/execução	Dentro do prazo	0%
	Fora do prazo sem dano para o Município	-25%
	Fora do prazo com dano para o Município	-50%
Rt - Requisitos técnicos e funcionais	Cumprido integralmente	0%
	Cumprido parcialmente sem dano para o Município	-25%
	Cumprido parcialmente com dano para o Município/Não cumpre	-50%
<b>Componente Sinergias: Mede a capacidade de solucionar problemas e de resposta a pedidos de informação diversos</b>		
Df - Disponibilidade do fornecedor	Facilidade de comunicação	0%
	Dificuldade de comunicação sem dano para o Município	-25%
	Dificuldade de comunicação com dano para o Município	-50%
Ri - Resposta face a imprevistos	Satisfaz a necessidade no prazo que lhe é solicitado	0%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado sem dano para o Município	-25%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado com dano para o Município/Não satisfaz	-50%
Rr - Resposta face a reclamações	Resolveu o problema no prazo fixado	0%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado sem dano para o Município	-25%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado com dano para o Município/Não resolveu	-50%
<b>Componente Custo: Mede a conformidade com as condições financeiras contratadas e dados obrigatórios da faturação</b>		
Rf - Rigor na faturação	Ausência de erros	0%
	Erros pontuais	-25%
	Erros frequentes	-50%
<b>Componente Gestão Ambiental (quando aplicável): Mede o desempenho do fornecedor no domínio ambiental de acordo com o exigido no contrato</b>		
Da - Desempenho ambiental	Cumprido	0%
	Cumprido parcialmente	-25%
	Não cumpre	-50%

Peso percentual atribuído a cada componente	
<b>Tabela 1</b>	
Qualidade	60%
Sinergias	30%
Custo	10%
<b>Tabela 2 (quando aplicável a componente de gestão ambiental)</b>	
Qualidade	55%
Sinergias	25%
Custo	10%
Gestão Ambiental	10%

<b>A classificação de cada fornecimento é o somatório de todos os critérios mais a sua classificação inicial (100%), de acordo com a seguinte fórmula:</b>	
<b>Tabela 1</b>	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 60%] + [(Df + Ri + Rr) x 30%] + Rf x 10%	
<b>Tabela 2 (quando aplicável a componente gestão ambiental)</b>	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 55%] + [(Df + Ri + Rr) x 25%] + Rf x 10% + Da x 10%	
<b>A classificação de cada fornecedor resulta de uma média aritmética simples das classificações obtidas nos diversos fornecimentos, de acordo com a seguinte fórmula:</b>	
Classificação fornecedor F = $\frac{\sum \text{Classificações fornecimentos N}}{\text{N.º fornecimentos N}}$	

Classificação dos fornecedores		
Classificação	Resultado	Ação
Preferencial	Entre [90% e 100%]	Não se realiza qualquer tipo de ação
Aceitável	Entre [60% e 90%]	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados
Crítico	Inferior a 60%	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados devendo apresentar um plano de resolução no prazo que lhe for fixado



## ANEXO II

**AJUSTE DIRETO - PROCEDIMENTO N.º xxx/2024 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - CATEGORIA M1, DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DA MAIA**

Peso percentual da estimativa de despesa por artigo no total do preço base	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO		PREÇO CONTRATUAL POR UNIDADE DE MEDIDA PROPOSTO, SEM IVA
	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	
99,00%	Recolha e transporte a destino final de cadáveres de animais de companhia	KG	
0,05%	Bovinos Jovens ( menor ou igual a 30KG)/por animal	UN	
0,05%	Bovinos Adultos (maior do que 30KG)/por animal	UN	
0,15%	Ovinos/Caprinos/ por animal	UN	
0,30%	Suíños /Javalis	TON	
0,15%	Transporte de Suínos e Javalis por deslocação	UN	
0,30%	Equídeos/ por animal	UN	
100,000%	O objeto contratual deverá incluir outros serviços conexos, cuja prestação deverá ser sempre precedida de orçamento e respetiva validação pelo Município da Maia		